

08/julho/2021

**À: Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.**

À atenção dos (as) Acionistas e Administradores (as)

**Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas nº 2178C-005-PB**

Prezados (as) senhores (as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani  
Sócio

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2021



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021	15

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos/Às Administradores (as) e Acionistas da  
**Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Procedimentos arbitrais – Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CBN e a CRA são partes de procedimentos arbitrais conduzidos pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerentes o Consórcio Construtor BA-093 e o Consórcio *Expressway*, que teve como objetivo de dirimir conflitos originados dos contratos de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, com alegação de custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de construção.

Com relação ao processo arbitral movido pela CBN, este encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Com relação ao processo arbitral movido pela CRA, em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido. Até a presente data aguarda-se decisão a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA.

De acordo com o contrato de compra e venda da CBN e da CRA pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN e à CRA, os vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN e a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é **(i)** sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN e à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN e CRA. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2021 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

### Valores correspondentes a períodos comparativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020 e adquiriu sua controlada direta em 16 de outubro de 2020. Desta forma, os saldos apresentados nos balanços patrimoniais da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Por este motivo, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado comparativos a 30 de junho de 2021 não estão sendo apresentados. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## 1. Receitas de pedágio (Notas Explicativas nºs 2.20 e 19)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas de pedágios da Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização das rodovias pelos usuários. O processo de reconhecimento dessas receitas é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros aspectos complexos que podem afetar seu reconhecimento. Como consequência, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria devido às receitas de pedágios, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia de informação da Companhia, terem requerido a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes de integridade no ambiente de tecnologia da informação, objetivando atestar a suficiência e adequação para suportar o processo de captura, processamento, reconhecimento e divulgação das receitas de pedágios.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de pedágios, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo. Realizamos também testes de detalhes nas respectivas transações e testes nas reconciliações fornecidas pela Companhia e avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas consideram as respectivas informações relevantes. Com base no resultado dos efetuados, consideramos que as de receita de pedágios, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## 2. Ativo intangível – reconhecimento do custo e avaliação do valor recuperável (Notas Explicativas nºs 2.14 e 11)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme apresentado na Notas Explicativas nºs 2.14 e 11 às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia reconhece ativo intangível referente aos gastos com recuperações, construções e melhorias realizados nos trechos rodoviários sob concessão (cujo saldo consolidado em 30 de junho de 2021 era de R\$ 1.358.273 mil). Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento aos contratos de concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que os contratos de concessão não transferem a Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. Adicionalmente, considerando a geração recorrente de prejuízos e conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, a administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível no referido período.

O reconhecimento desses gastos como ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Além disso, tendo em vista que as estimativas e projeções utilizadas na avaliação do valor recuperável estão intrinsecamente sujeitas às incertezas e aos eventos ou fatores além do controle da administração (especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros que podem trazer impactos significativos na perspectiva de realização do ativo intangível), a relevância dos valores envolvidos e do nível de julgamento requerido para a identificação, valorização, registro e estimativa do prazo de amortização, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e valores capitalizados como ativo intangível (bem como testes de recálculo da amortização e avaliação das premissas utilizadas para a determinação dos respectivos prazos de amortização). Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira: **(i)** revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo de recuperação econômica e avaliamos se os dados considerados no estudo eram razoáveis e suportados de acordo com as práticas de mercado observáveis; **(ii)** revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas em estudos anteriores e o respectivo desempenho em comparação com o resultado efetivamente obtido; e **(iii)** avaliamos as premissas utilizadas na estruturação dos fluxos de caixa projetados e a razoabilidade da taxa de desconto utilizada no modelo econômico-financeiro preparados pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos do ativo intangível, respectivos valores recuperáveis e respectivas divulgações no período apresentado estão adequados no contexto das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### 3. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas Explicativas nºs 2.16, 12 e 13)

#### Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria

Em 30 de junho de 2021, os saldos consolidados dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante eram de R\$ 34.120 mil e R\$ 781.098 mil, respectivamente, e o saldo de debêntures no valor de R\$ 82.941, reconhecido no passivo não circulante.

Devido à representatividade dos saldos em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto e necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) por parte da Companhia que, se não cumpridas, poderiam ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos (incluindo adições, amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante) nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com relação às cláusulas contratuais e restritivas, bem como análise das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos de empréstimos e financiamentos, assim como as respectivas classificações e divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

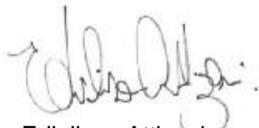
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de julho de 2021



Edinilson Attizani  
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

## Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020			30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	35	1	52.460	12	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	34.120	-
Contas a receber	9	-	-	13.793	-	Fornecedores	-	325	-	37.465	81
Tributos a recuperar	-	-	-	1.284	-	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	6.264	-
Despesas antecipadas	-	-	-	649	-	Impostos, taxas e contribuições sociais	-	27	-	2.330	3
Outros ativos	-	-	-	663	-	Arrendamentos	14	-	-	1.727	-
		<u>35</u>	<u>1</u>	<u>68.849</u>	<u>12</u>	Provisão de conserva especial	16	-	-	2.232	-
						Outros passivos		-	-	2.880	-
								<u>352</u>	<u>-</u>	<u>87.018</u>	<u>84</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Fundos restritos	8	-	-	45.315	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	781.098	-
Depósitos judiciais	-	-	-	25.713	-	Debentures	13	82.941	-	82.941	-
Outros ativos	-	-	-	552	-	Fornecedores	-	-	-	498	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.580</u>	<u>-</u>	Arrendamentos	14	-	-	6.179	-
						Provisão para contingências	15	-	-	3.375	-
						Provisão de conserva especial	16	-	-	10.244	-
						Provisão para perdas em investimento	10	-	82	-	-
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	5.777	-
						Partes Relacionadas	24	-	51	-	51
						Dividendos a pagar	-	-	-	400	-
						Outros passivos	-	-	-	10.500	9
								<u>82.941</u>	<u>133</u>	<u>901.012</u>	<u>60</u>
Investimentos	10	610.366	-	7.363	-	<b>Patrimônio líquido</b>					
Imobilizado	-	-	-	3.141	-	Capital social	18	471.064	1	471.064	1
Intangível	11	-	-	1.358.273	-	Reservas de Capital	18	-	-	-	-
Direito de uso	14	-	-	5.932	-	Adiantamentos para futuro aumento de capital	18	400	-	400	-
		<u>610.367</u>	<u>-</u>	<u>1.446.289</u>	<u>-</u>	Lucros (prejuízos) acumulados	18	55.644	(133)	55.644	(133)
								<u>527.108</u>	<u>(132)</u>	<u>527.108</u>	<u>(132)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>610.401</u>	<u>1</u>	<u>1.515.138</u>	<u>12</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>610.401</u>	<u>1</u>	<u>1.515.138</u>	<u>12</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

## Demonstração do resultado para o exercício findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
		<b>1º de janeiro a</b>	<b>1 de janeiro a</b>
		<b>30 de junho</b>	<b>30 de junho</b>
	<b>Nota</b>	<b>de 2021</b>	<b>de 2021</b>
Receita líquida de serviços	19	-	35.906
Receita de construção	19	-	624
<b>Receita líquida</b>		-	36.530
Custo dos serviços prestados	20	-	(24.128)
Custo de construção	20	-	(617)
<b>Lucro bruto</b>		-	11.785
Ganho por compra vantajosa	4	-	113.242
Amortização do direito de concessão	-	-	(1.384)
Gerais e administrativas	21	(475)	(16.573)
Resultado de equivalência patrimonial	10	58.931	-
Outras receitas e despesas líquidas	-	82	-
<b>Lucro operacional</b>		58.538	107.070
Receitas Financeiras	22	0	1.073
Despesas Financeiras	22	(2.762)	(14.583)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		55.776	93.560
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(53)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	(37.731)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>55.776</b>	<b>55.776</b>
<b>Lucro por ação (em reais)</b>		<b>328,63</b>	<b>328,63</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

## Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	1º de janeiro a 30 de junho de 2021	1º de janeiro a 30 de junho de 2021
Lucro líquido do período	55.776	55.776
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>55.776</b>	<b>55.776</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas da controladora				
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro		Total
			aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	
Aumento de capital em 14 de julho de 2020	18	1	-	-	1
Prejuízo do período	-	-	-	(133)	(133)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		1	-	(133)	(132)
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	1.600	-	1.600
Aumento de capital em 26 de abril de 2021	18	100.627	(1.600)	-	99.027
Aumento de capital em 28 de abril de 2021	18	370.437	-	-	370.437
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	400	-	400
Lucro líquido do período	-	-	-	55.776	55.776
<b>Em 30 de junho de 2021</b>		<b>471.064</b>	<b>400</b>	<b>55.644</b>	<b>527.108</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Consolidado
		1 de janeiro a 30 de junho de 2021	1 de janeiro a 30 de junho de 2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		55.776	93.560
<b>Ajustes para reconciliação do lucro do período das operações continuadas</b>			
Margem de construção	-	-	(7)
Depreciação e amortização	-	-	14.747
Juros e variações monetárias, líquidas	-	2.337	12.888
Juros Capitalizados	-	-	(71)
Apropriação do custo de captação	-	-	163
Apropriação de receita de juros	-	-	(974)
Provisão para contingências	-	-	1.452
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(18)
Provisão para conserva especial	-	-	628
Resultado de equivalência patrimonial	10	(58.931)	-
Ganho por compra vantajosa	4	-	(113.242)
<b>(Prejuízo) lucro ajustado das operações</b>		(818)	9.126
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	-	-	326
Despesas antecipadas	-	-	546
Tributos a recuperar	-	-	(234)
Depósitos judiciais	-	-	(248)
Outros ativos	-	-	213
Fornecedores	-	325	3.982
Obrigações tributárias	-	27	647
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(116)
Partes relacionadas	-	(51)	(51)
Provisão para perdas em investimentos	10	(82)	-
Outros passivos	-	-	(3.293)
Juros pagos	-	-	(7.826)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		(599)	3.072
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicação financeira	-	-	296
Contas vinculadas	-	-	(8.084)
Investimentos realizados	-	(81.972)	(77.222)
Adições ao intangível	-	-	(821)
Adições líquidas ao imobilizado	-	-	(96)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		(81.972)	(85.927)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(5.665)
Aumento de capital social	-	1.600	1.600
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	400	400
Utilização (adição ao) do fundo restrito	-	-	(179)
Baixas de arrendamento	-	-	(463)
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	-	80.605	80.605
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		82.605	76.298
Efeito de caixa das empresas adicionadas na consolidação		-	59.005
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>		34	52.448
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>		1	12
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do período</b>		35	52.460

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A.

## Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2021</u>
<b>Receitas</b>		
Receita de serviços	-	39.360
Receita de construção ICPC 01-R1	-	624
	-	39.983
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia e outros	-	119
Custo de construção ICPC 01-R1	-	(617)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(475)	(19.761)
<b>Valor adicionado bruto</b>	(475)	19.723
Depreciação e amortização	-	(14.747)
Apropriação de seguros	-	(802)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	(475)	4.174
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	-	1.073
Resultado de equivalência patrimonial	59.013	-
Ganho por compra vantajosa	-	113.242
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	58.538	118.490
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	-	6.075
Remuneração direta	-	3.612
Benefícios	-	2.227
FGTS	-	236
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	-	41.383
Federais	-	39.331
Estaduais	-	-
Municipais	-	2.052
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	2.762	15.198
Juros	2.762	14.582
Aluguéis	-	(159)
Outras	-	833
Remuneração de capitais próprios	55.776	55.776
Lucro do período	55.776	55.776
<b>Valor adicionado distribuído</b>	58.538	119.199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o nº 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. (“Companhia” ou “Monte Rodovias”).

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. (Nota Explicativa nº 10).

A Monte Rodovias tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

## 1.1. Transações e eventos societários relevantes que impactaram as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia (combinação de negócios)

### a) **Integralização de capital com ações da Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e aquisição de controle**

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento devido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

### b) **Aquisição do controle da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)**

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

### c) **Aquisição do controle da Concessionária Rotas dos Coqueiros S.A. (“CRC”)**

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

## 1.2. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

### a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

### b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio *Expressway*, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). De 25 de fevereiro de 2019 a 21 de agosto de 2019, foram proferidas as Ordens Processuais nº 2 a 5, relativas à apresentação de provas. Em 02 de setembro de 2019, foi proferida a Ordem Processual nº 6, na qual se acolheu o pedido de adiamento das oitivas das testemunhas técnicas, fáticas e representantes legais para os dias 11 a 13 de dezembro de 2019. Ao final destas oitivas, em 12 de dezembro de 2019, o tribunal fixou prazos até o dia 07 de fevereiro de 2020, quando foram especificadas as razões de cada parte para produção de eventual prova pericial, bem como juntada de novos documentos; e até o dia 20 de fevereiro de 2020 para as partes se manifestarem sobre as observações e documentos da contraparte, o que foi feito tempestivamente. Quanto à definição do Tribunal Arbitral em relação à necessidade de produção de prova pericial e demais andamentos no Procedimento Arbitral, informamos que, em 12 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral proferiu a Ordem Processual nº 10 por meio da qual indeferiu a produção de prova pericial e a dilação probatória suplementar por considerar que as Partes puderam produzir ao longo do processo arbitral ampla prova documental e testemunhal, de modo que os elementos indicados pela CRA já se encontram nos autos. Diante do encerramento da fase instrutória, foi fixado prazo até 20 de julho de 2020 para que as partes apresentem suas alegações finais.

Em 17 de junho de 2020, as partes requereram conjuntamente a prorrogação do prazo para apresentação das alegações finais para o dia 03 de agosto de 2020. Tal requerimento foi deferido pelo Tribunal Arbitral em 18 de junho de 2020. Após a apresentação das alegações finais pelas partes, aguarda-se a prolação da sentença pelo Tribunal Arbitral.

Em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial. O Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes.

Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das Requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido. Até a presente data, aguarda-se decisão a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. As eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

### 1.3. Principais medidas e impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19)

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela Covid-19, ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução, tem expectativa de tendência de redução na sua receita de pedágios, devido à queda no volume de tráfego das rodovias. Em 30 de junho de 2021, não houve variação significativa na receita de pedágio, quando comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa (“home office”) e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco, estagiários e aprendizes; **(ii)** a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; **(iii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(v)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(vii)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

Quanto aos usuários, além da colocação de mensagens de apoio e orientação em painéis ao longo das rodovias, foram implementados pontos de apoio aos usuários, visando, dentre outras ações, aferição de temperatura corporal, higienização das cabines dos caminhões, orientações de prevenção, distribuição de kits com álcool gel, luvas, máscaras e produtos de higiene.

A Administração permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de assegurar o caixa necessário para manutenção das operações das suas Controladas.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia e suas Controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e ajustes posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

#### **Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e ajustes posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos sócios da Companhia.

A Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020. Desta forma, os saldos referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2020 não estão sendo apresentados.

A Companhia adquiriu sua Controlada Verona em 16 de outubro de 2020. Desta forma, os saldos referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2020 não estão sendo apresentados.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 08 de julho de 2021.

## 2.2. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de Grupo).

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes entidades:

Companhias consolidadas	Participação no capital social (%)			
	Controle	Data de aquisição controle	País	30/06/2021
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	16/10/2020	Brasil	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	30/04/2021	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	30/04/2021	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	28/04/2021	Brasil	100,00

## 2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

## 2.4. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

## 2.5. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

## 2.6. Segmentos operacionais

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia e de suas controladas.

## 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 7).

## 2.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

## 2.9. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

## 2.10. Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas, além de processos cíveis e trabalhistas.

## 2.11. Mútuos

Na controladora, o saldo de mútuos foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 24).

## 2.12. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

## 2.13. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/ exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

## 2.14. Intangível

### 2.14.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 11).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 – “Custos de empréstimos”.

## 2.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## 2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## 2.17. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

## 2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Grupo constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## 2.19. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 18).

## 2.20. Reconhecimento da receita

As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### (i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

## 2.21. Normas novas e pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021

As normas contábeis descritas a seguir tem sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- **Reforma da taxa de juros de referência:** fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – a partir de 1º de janeiro de 2021;
- **Contratos onerosos:** custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Imobilizado:** receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Classificação do passivo em circulante ou não circulante:** (alterações ao CPC 26/IAS 1) – a partir de 1º de janeiro de 2023;
- **IFRS 17 - Contratos de seguros:** a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e de suas Controladas não adotaram antecipadamente essas normas e não esperam que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Especificamente em relação à reforma da taxa de juros de referência, fase 2, (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, a Administração, com base em análises iniciais, não identificou, até o presente momento, impactos significativos para as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2021.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir:

### a) **Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)**

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, não ocorreram mudanças significativas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que pudessem alterar o resultado das avaliações feitas.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

**c) Reconhecimento de margem da receita de construção**

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, as Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

**d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão para as Controladas CBN e CRC e, linearmente no caso da CRA pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura (concessão nova). A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo de cada Controlada, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão e com base na vida útil dos contratos, levando em consideração suas particularidades.

**e) Provisões para passivos contingentes**

A Companhia e suas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

#### 4. Combinação de negócios na controlada

##### **Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
<b>Ativos</b>	<b>984.203</b>	<b>84.286</b>	<b>282.522</b>	<b>119.413</b>	<b>52.486</b>	<b>45.708</b>	<b>1.103.616</b>	<b>136.772</b>	<b>328.231</b>
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível				-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão (a))	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
<b>Passivos</b>	<b>(740.544)</b>	<b>(46.174)</b>	<b>(217.865)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(740.544)</b>	<b>(46.174)</b>	<b>(217.865)</b>
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos</b>	<b>243.659</b>	<b>38.112</b>	<b>64.658</b>	<b>119.413</b>	<b>52.486</b>	<b>45.708</b>	<b>363.072</b>	<b>90.598</b>	<b>110.366</b>
<b>Total da contraprestação</b>							<b>370.436</b>	<b>41.671</b>	<b>46.051</b>
<b>Ágio (goodwill) (b)</b>							<b>7.363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganho por compra vantajosa (c)</b>							<b>-</b>	<b>48.927</b>	<b>64.315</b>

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11.
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*
- (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o reperfilamento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego, etc.

## 5. Instrumentos financeiros

### 5.1. Ativos financeiros

#### **Classificação**

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

#### **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

### 5.2. Passivos financeiros

#### **Classificação**

A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

#### **Reconhecimento e mensuração**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## 6. Gestão de risco financeiro

### 6.1. Fatores de risco financeiro

#### **a) Considerações gerais**

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

**b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

**c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

**d) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

**e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação**

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela abaixo demonstra a exposição no passivo da Companhia em 30 de junho de 2021 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% A.A.	484	397	280	207
Desebahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	1.896	1.754	1.609	8.095
Desebahia -CBN	TJLP + 3,0% A.A.	759	757	684	2.872
Desebahia A-CBN	CDI + 4%	1.521	1.382	952	857
BNDES-CRA	TJLP + 2,87% A.A.	4.688	4.035	3.338	5.472
BNDES-CRA	TJLP + 3,87% A.A.	2.355	2.036	1.691	2.793
BNDES-CRA	TJLP	18	15	12	20
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% A.A.	13.880	11.358	11.394	54.640

### **Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

#### **(i) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

#### **(ii) Seleção dos cenários**

Em atendimento ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

<b>Indicador</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
<b>TJLP (*)</b>	4,7%	5,8%	5,8%	5,8%	5,8%	5,8%
<b>CDI (*)</b>	4,1%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%
<b>IPCA (*)</b>	5,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%

(\*) Fonte: Itaú BBA 22/06/21.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

<b>Indicador</b>	<b>Cenário I Provável</b>	<b>Cenário II Adverso Possível</b>	<b>Cenário III Adverso Extremo</b>
<b>TJLP (*)</b>	4,7%	5,8%	7,0%
<b>CDI (*)</b>	4,1%	5,1%	6,1%
<b>IPCA (*)</b>	5,6%	7,0%	8,4%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2021 a 2026 das taxas apresentadas acima.

**(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	484	549	614
Desebahia- CBN	2033	Alta da TJLP	759	874	1.013
Desebahia - CBN	2034	Alta da TJLP	1.896	2.184	2.530
BNDES – CRA	2027	Alta da TJLP	7.061	8.112	8.112

**(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Desebahia - CBN	2026	Alta do CDI	1.521	1.753	1.984

**(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA**

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Debêntures	2031	Alta do IPCA	13.880	14.748	15.789

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos à essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de junho de 2021.

## 6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Notas	30/06/2021
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	12	<b>815.218</b>
Debêntures	13	82.941
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(52.460)
(-) Aplicações Financeiras – Fundos restritos	8	(45.315)
<b>Dívida líquida</b>		<b>800.384</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>527.108</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>		<b>1.327.492</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>60%</b>

## 6.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Notas	30/06/2021 Mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7	52.460
Fundos restritos	8	45.315
Contas a receber	9	13.793
Outros ativos	-	6.241
<b>Total</b>		<b>112.783</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Empréstimos e financiamentos	12	815.218
Debêntures	13	82.941
Fornecedores	-	37.963
Arrendamentos	14	7.906
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	19.644
<b>Total</b>		<b>963.672</b>

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	24	1	16.362	2
Aplicações financeiras	11	-	36.098	10
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>52.460</b>	<b>12</b>

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 8. Fundos restritos

Em 30 de junho de 2021, o saldo de R\$ 45.315, registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 12), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

## 9. Contas a receber

	Consolidado
	30/06/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	8.912
Vale-pedágio	110
Demanda de risco	2.575
Receitas acessórias	626
Outros	1.836
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(266)
<b>Total</b>	<b>13.793</b>

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

	Consolidado
	30/06/2021
<b>Movimentação da PECLD</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	248
(+) Adições	18
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>266</b>

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

## 10. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
Verona	610.366	(82)

### a) Informações acerca das investidas:

	30/06/2021					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
Verona	551.286.324	100	659.452	49.065	610.366	59.013
CRC	26.150.154	100	82.165	45.251	36.914	(1.199)
CRA	141.438.908	100	267.041	202.638	64.403	(255)
CBN	367.759.706	100	975.365	742.535	232.830	(10.830)

	31/12/2020					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
Verona	51.000	100,00	11	93	(82)	(133)

### Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2020	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Saldo em 30/06/2021
Verona	100%	(82)	200	59.013	551.235	610.366

Investidas	Participação	Saldo em 16/10/2020	Equivalência patrimonial	Impairment (a)	Saldo em 31/12/2020
Verona	100%	51	(133)	-	(82)
Ágio (a)		64		(64)	-
<b>Total</b>		<b>115</b>	<b>(133)</b>	<b>(64)</b>	<b>(82)</b>

- (a) Refere-se ao valor apurado na aquisição das ações da Verona (cessão onerosa) em 16 de outubro de 2020, e que foi tratado como *goodwill*. Considerando a natureza de *goodwill*, a Administração registrou a perda ao valor recuperável do ativo (*Impairment*), que contempla o ajuste do *goodwill* na data de aquisição pelo método da equivalência patrimonial no montante de R\$ (13).

## 11. Intangível

	<b>Consolidado</b>		
	<b>30/06/2021</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
<b>Intangível em infraestrutura</b>			
Direito de concessão - mais valia	217.607	(1.384)	216.223
Edifícios e instalações	248.781	(44.816)	203.965
Direito de concessão de serviços públicos	271.291	(58.487)	212.804
Pavimentações e conservação especial	829.328	(277.947)	551.381
Demais melhorias e ampliações	71.163	(21.617)	49.546
Hardware e equipamentos de pedágio	34.762	(14.328)	20.434
Desapropriações	51.627	(5.716)	45.911
Máquinas e equipamentos	18.974	(13.036)	5.938
Bens de direito de uso - Veículos	3.247	(282)	2.965
Meio ambiente e elementos de segurança	41.355	(9.823)	31.532
Móveis e utensílios	522	(297)	225
Obras em andamento	10.255	-	10.255
<b>Total</b>	<b>1.798.912</b>	<b>(447.733)</b>	<b>1.351.179</b>
<b>Outros intangíveis</b>			
Softwares adquiridos de terceiros	3.421	(973)	2.448
Adiantamento a fornecedores e outros	4.646	-	4.646
<b>Total</b>	<b>8.067</b>	<b>(973)</b>	<b>7.094</b>
<b>Total</b>	<b>1.806.979</b>	<b>(448.706)</b>	<b>1.358.273</b>

### Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
<b>Movimentação</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	986.906
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	271.151
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	113.896
(+) Adições	670
(-) Amortizações	(14.406)
(+/-) Transferências	56
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.358.273</b>

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

## 12. Empréstimos e financiamentos

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado 30/06/2021
Banco do Nordeste (i)	CRC	2027	R\$	10% a.a.	29.318
Banco do Nordeste (i)	CRC	2029	R\$	9,5% a.a.	9.729
BNB (ii)	CBN	2032	R\$	10% a.a.	246.223
BNB (iii)	CBN	2035	R\$	8,24% a.a.	186.527
BNB (iv)	CBN	2033	R\$	2,94% a.a.	172.519
BNB (v)	CBN	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	6.051
Desenhahia (vi)	CBN	2034	R\$	TJLP + 3% a.a.	31.428
Desenhahia	CBN	2031	R\$	10% a.a.	20.114
Desenhahia (vii)	CBN	2026	R\$	CDI + 4% a.a.	19.193
BNDES - FINEM (viii)	CRA	2027	R\$	TJLP + 2,87% a.a.	74.659
BNDES - FINEM (viii)	CRA	2027	R\$	TJLP + 3,87% a.a.	32.829
BNDES - FINEM	CRA	2027	R\$	TJLP	481
Juros FIDC	CBN	2021	R\$	-	1.159
Custos de captação	-	-	R\$	-	(15.012)
<b>Total</b>					<b>815.218</b>
<b>Passivo circulante</b>					<b>34.120</b>
<b>Passivo não circulante</b>					<b>781.098</b>

- (i) Firmado pela CRC em 27 de dezembro de 2007, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do projeto FNE-Proinfra. O prazo de vencimento original era de 16 anos. Em 19 de junho de 2017, foi assinado Aditivo contrato que alterou o prazo final de vencimento para 27 de novembro de 2029. Desde 27 de janeiro de 2012, a CRC vem amortizando o financiamento, de forma mensal. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (ii) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses;
- (iii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 6 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (v) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (vi) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;

(vii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato;

(viii) A CRA contratou financiamento de longo prazo junto ao BNDES – Finem, no montante de R\$ 180.538. Deste montante, o valor de R\$ 132.000 foi liberado em duas tranches, uma de R\$ 92.400 (tranche A) e outra de R\$ 39.600 (tranche B). Em março de 2015, foram excluídas as tranches “D” e “E”, no valor de R\$ 13.400, ajustando o valor do Contrato para R\$ 167.138. Em junho de 2015, foi liberado mais uma tranche de R\$ 706. Em dezembro de 2015, foram liberados montantes das tranches A e B nos valores de R\$ 13.012 e R\$ 5.577, respectivamente. Em 09 de janeiro de 2017, foram cancelados os saldos remanescentes de R\$ 15.843 das tranches “A”, “B” e “C” relativas ao contrato de FINEM junto ao BNDES.

**a) Custo de captação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

**b) Garantias**

- (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;
- (ii) Na CRA, o financiamento de longo prazo junto ao BNDES – Finem, é suportado através de fiança corporativa, fundo de liquidez em conta reserva, um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças, e de um contrato de penhor de ações;
- (iii) O contrato de financiamento da CRC com o BNB prevê como garantia, fiança corporativa, penhor de ações ordinárias da Sociedade e direitos emergentes do Contrato de Concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios.

**c) Cláusula restritivas (“covenants”)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 30 de junho de 2021.

- (i) Na CBN as Cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas até 30 de junho de 2021.
- (ii) Na CRC as Cláusulas restritivas dos contratos de financiamento, dentre outros itens, sofrer protestos de dívida, suspender imotivadamente as operações, aplicar irregularmente os recursos, pedir recuperação judicial/extrajudicial, foram cumpridas até 30 de junho de 2021.
- (iii) Na CRA o *Completion* financeiro ocorrerá por meio de cumprimento cumulativo do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) e da relação de patrimônio líquido sobre o ativo total, ambos considerando um período de 24 meses consecutivos de amortização do principal e juros da dívida. Até o atingimento do *Completion*, os financiamentos são suportados pela fiança corporativa da Verona. A CRA encontra-se adimplente em 30 de junho de 2021.

Movimentação	Consolidado
	30/06/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	681.162
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	104.762
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	40.010
(+) Juros incorridos	10.481
(-) Juros pagos	(7.826)
(-) Amortizações	(5.665)
(+) Custos da transação	337
(+/-) Transferências	(8.043)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>815.218</b>

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócio em 30 de abril de 2021.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado
	30/06/2021
2022	70.418
2023	103.102
2024	109.047
2025	108.361
2026 em diante	390.170
<b>Total</b>	<b>781.098</b>

### 13. Debêntures

Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora ("Companhia") e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva). O saldo em 30 de junho de 2021, registrado no passivo não circulante, é de R\$ 82.941.

### 14. Arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 6,1% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.

## Direito de Uso

Movimentação	Consolidado
	30/06/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	4.877
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	1.001
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	205
(+) Adições	247
(-) Amortizações	(398)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>5.932</b>

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

## Passivo de Arrendamento

Movimentação	Consolidado
	30/06/2021
Passivo Circulante	1.727
Passivo Não Circulante	6.179
<b>Total</b>	<b>7.906</b>

Movimentação	Consolidado
	30/06/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	7.120
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	1.067
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	66
(+) Adições	73
(+) Apropriação de juros	43
(-) Baixas	(463)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>7.906</b>

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 3,24% a.a. para o período de 01/01/21 a 30/06/21 divulgado no Focus de 02/07/21 (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

Fluxo real	Passivo de arrendamento
	Consolidado 30/06/2021
Passivo de arrendamento	7.906
Despesa financeira	(43)
<b>Fluxo inflacionado</b>	
Passivo de arrendamento	8.162
Despesa financeira	(44)

**Passivo de arrendamento**  
**Consolidado 30/06/2021**

<b>Fluxo real</b>	
Passivo de arrendamento	7.906
Despesa financeira	(43)
<b>Fluxo inflacionado</b>	
Passivo de arrendamento	8.162
Despesa financeira	(44)

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

## 15. Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2021, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

	<b>Consolidado</b> <b>30/06/2021</b>
Cíveis	3.096
Trabalhistas	279
<b>Total</b>	<b>3.375</b>

<b>Movimentação</b>	<b>Consolidado</b> <b>30/06/2021</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>
Aquisição combinação de negócios - CBN <b>(a)</b>	2.335
Aquisição combinação de negócios - CRC <b>(b)</b>	1.039
Movimentação do período	1
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>3.375</b>

**(a)** Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

**(b)** Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

Em 30 de junho de 2021, as Controladas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 11.971.

## 16. Provisão para conserva especial

Em 30 de junho de 2021, o Grupo apresentava saldo de R\$ 12.476 (R\$ 2.232 no passivo circulante e R\$ 10.244 no passivo não circulante) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

- (i) R\$ 7.893 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente os últimos 5 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses; e
- (ii) R\$ 2.351 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses.

- (iii) R\$ 2.232 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

## 17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2021, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	48.966
Margem de construção e outras diferenças temporárias	(16.241)
Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios	(38.502)
<b>Passivo diferido líquido</b>	<b>5.777</b>

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro abaixo:

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2022	162	444	3.601	4.207
2023	207	70	3.862	4.139
2024	461	222	4.782	5.465
2025	296	525	1.392	2.213
2026 em diante	667	29.446	2.829	32.942
<b>Total</b>	<b>1.793</b>	<b>30.707</b>	<b>16.466</b>	<b>48.966</b>

### Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
IR/CSSL diferido sobre ganho por compra vantajosa	(38.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - outros	772
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(37.731)

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 471.064, representado por 471.064.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações).

Em 21 de setembro de 2020, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado e a totalidade das quotas do capital social foram convertidas em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC"), no montante de R\$ 1.600

Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do AFAC realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC"), no montante de R\$ 400.

Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante a integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4).

## 19. Receitas

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
Receita de construção	624
Receitas de pedágio	37.768
Demanda de risco	345
Receitas acessórias	1.249
Impostos e contribuição sobre serviços	(3.456)
<b>Receita líquida</b>	<b>36.530</b>

## 20. Custos

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
Custos com pessoal	(4.298)
Serviços de terceiros	(3.285)
Depreciação e amortização	(13.284)
Material, equipamentos e veículos	(902)
Provisão de conserva especial	(350)
Outros custos	(2.009)
Custo de construção (a)	(617)
<b>Total</b>	<b>(24.745)</b>

(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e O CPC 05.

## 21. Despesas gerais e administrativas

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
Despesas com pessoal	(2.610)
Serviços de terceiros	(11.517)
Gastos gerais e administrativos	(2.363)
Depreciação e amortização	(82)
<b>Total</b>	<b>(16.573)</b>

## 22. Resultado financeiro, líquido

	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2021</b>
Descontos obtidos	(3)
Rendimentos de aplicação financeira	545
Juros de contrato de mútuo	275
Atualização monetária	254
Outras receitas financeiras	1
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.073</b>
Juros de empréstimos	(10.926)
Juros de debêntures	(2.336)
Juros de contratos de arrendamento	(17)
Outras despesas financeiras	(1.304)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(14.583)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(13.510)</b>

## 23. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período/exercício.

	<b>30/06/2021</b>
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	55.776
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	169.723
Lucro do período por ação básico e diluído - em reais	328,63

## 24. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possui saldo decorrentes de transações com partes relacionadas (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2020 referente a saldo a pagar com o Fundo de Investimento M Rodovias referente a aquisição da controlada Verona).

### Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 30 de junho 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.172 (R\$ 3.207 em 31 de dezembro de 2020), referente à remuneração dos administradores.

## 25. Contratos

### a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos;
- Instalação de cabines de pedágio.

#### **b) Contrato de concessão - CRC**

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais. Contrato

#### **c) Contrato de concessão - CRA**

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 4 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

## 26. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade de civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
<b>Vigência</b>					
CBN	dezembro-21	dezembro-21	novembro-21	agosto-21	setembro-21
CRC	dezembro-21	dezembro-21	novembro-20	maio-21	setembro-21
CRA	dezembro-21	dezembro-21	dezembro-21	maio-22	
<b>Cobertura</b>					
CBN	250.000	50.000	40.000	37.214	110% tabela FIPE
CRC	100.000	50.000	15.000	682	1.000
CRA	135.000	50.000	20.000	37.035	

## 27. Eventos subsequentes

Em 02 de julho de 2021, a controlada CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Emissora (a) para pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dívidas BNB"), (b) para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debentures, e, (c) caso existam recursos excedentes após o pagamento dos itens (a) e (b) acima, para reforço do capital de giro da Emissora.

\* \* \*

A administração da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. (“Monte Rodovias” ou “Companhia”), de acordo com os requisitos estatutários e legais, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração do período findo em 30 de junho de 2021 e as correspondentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

## **Apresentação**

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações e foi constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e passou a deter o seu controle indireto. A CBN, constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535 conforme contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, que incluiu trecho adicional de 11,2 km, totalizando a área total concedida de 132,65 km e para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Companhia, através de sua controlada Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), tornando-se sua controladora indireta. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. Ainda em 30 de abril de 2021, a Companhia, através de sua controlada Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros (“CRC”), tornando-se sua controladora indireta. A CRC, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e o início das operações ocorreu em 11 de junho de 2010.

Após conclusão das transações a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma formada por três concessionárias de rodovias no Nordeste brasileiro, totalizando 182,5 km de extensão. Sua força está na localização estratégica, localizada no principal corredor de exportação / importação e circulação de mercadorias para mercado do Nordeste, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local.

Até o primeiro semestre deste ano, passaram por nossas concessões 19,7 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia.

### **Governança Corporativa**

A Monte Rodovias acredita fortemente que a adoção das melhores práticas de governança contribuirá para o bom desempenho e perenidade dos seus negócios e, conseqüentemente, criação de valor para seus acionistas, colaboradores, meio ambiente e sociedade. Estas práticas estão estabelecidas nas políticas aprovadas pelo os instrumentos da administração como o Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de uso de Informações e Divulgação de Ato ou Fato Relevante; Política de Negociação de Valores Mobiliários; Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Membros dos Comitês de Assessoramento; Política de Remuneração; bem como nos Regimentos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e no Código de Ética e Conduta. O Conselho de Administração que conta com o assessoramento dos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria; Código de Ética e Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Política de Gerenciamento de Riscos. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores ([ri.monterodovias.com.br](http://ri.monterodovias.com.br)).

### **Práticas Contábeis**

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2021, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os anúncios do Comitê de Divulgação Contábil (CPC) e atendimento às normas internacionais Diretrizes contábeis. Essas práticas estão evidenciadas nas Demonstrações Financeiras e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

### **Desempenho**

Considerando que a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020, ela não possui demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Além

disso, como a aquisição das suas controladas operacionais foi concluída somente em abril de 2021, as informações financeiras do período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2021, refletem apenas 2 (dois) meses de impacto dos resultados destas operações no seu resultado consolidado.

As análises feitas a seguir entre períodos deve considerar que até o final do mês de abril de 2021, a CBN, a CRA e a CRC estavam sob o controle comum dos seus vendedores. Desta forma, o desempenho econômico-financeiro, para que traga efeitos de comparabilidade, toma como base as demonstrações contábeis combinadas das concessionárias dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e a compilação de informações contábeis combinadas *pro forma* não auditadas do exercício de 2020, do período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2020 e do período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2021.

#### Tráfego:

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento 14,9% no período de janeiro a junho de 2021, quando comparado ao mesmo período de 2020. A avaliação deste período sofre forte impacto dos efeitos da pandemia do Covid-19, mais severos no primeiro semestre de 2020 do que no primeiro semestre de 2021. Quando comparado ao mesmo período de 2019, anterior ao surgimento da pandemia, o volume de tráfego é apenas 0,8% menor, ou seja, praticamente o mesmo patamar, o que demonstra os efeitos da retomada econômica e a resiliência das operações frente ao impacto do covid-19. Ao avaliarmos o ano completo de 2020 comparado ao ano de 2019, o volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes foi de 38,3 milhões, uma queda de 5,3%. Como consequência da pandemia do Covid-19, houve uma queda significativa no tráfego de veículos leves, principalmente no seu período mais crítico. A variação consolidada, porém, foi suavizada porque a queda no tráfego de veículos pesados foi menor e a sua recuperação mais rápida. Isso demonstra que o posicionamento regional estratégico das operações conta com uma demanda cativa e resiliente que traz muita segurança a receita das concessionárias.

#### Receita:

A variação da receita ocorre fundamentalmente em função da variação do volume de tráfego. Com exceção da receita da construção, as demais receitas representam menos de 10% do total. A receita da construção é registrada contabilmente em atendimento ao ICPC 01 e deriva dos investimentos na infraestrutura. A receita líquida do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 113.815 mil, 10,3% maior que a receita líquido do mesmo período em 2020. Desconsiderando a receita da construção, este aumento foi de 11,2%. Nos últimos 12 meses a receita líquida foi de R\$ 252.260 mil e a receita líquida ajustada que desconsidera a receita da construção foi de R\$ 212.184 mil.

Segue abaixo quadro demonstrativo das receitas:

R\$ mil	1 de janeiro a 30 de junho de 2021	1 de janeiro a 30 de junho de 2020	Var \$	Var %	Últimos 12 meses 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021	2020
<b>Receita Bruta</b>	<b>123.653</b>	<b>110.878</b>	<b>12.775</b>	<b>10,3%</b>	<b>272.571</b>	<b>259.796</b>
Receita de pedágio	108.994	92.750	16.244	14,9%	224.867	208.623
Outras receitas	3.989	7.649	(3.660)	-91,8%	7.628	11.288
Receita da Construção	10.670	10.479	191	1,8%	40.076	39.885
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>(9.838)</b>	<b>(8.793)</b>	<b>(1.045)</b>	<b>10,6%</b>	<b>(20.311)</b>	<b>(19.266)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>113.815</b>	<b>102.085</b>	<b>11.730</b>	<b>10,3%</b>	<b>252.260</b>	<b>240.530</b>
(-) Receita da Construção	(10.670)	(10.479)	(191)	1,8%	(40.076)	(39.885)
<b>Receita Líquida ajustada</b>	<b>103.145</b>	<b>91.606</b>	<b>11.539</b>	<b>11,2%</b>	<b>212.184</b>	<b>200.645</b>

### Custos e Despesas Operacionais:

O valor total de custos e despesas operacionais no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 100.651 mil, um aumento de 19,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Nos últimos 12 meses o valor total dos custos e despesas operacionais foi de R\$ 184.695 mil. Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa e efeitos não recorrentes, o valor total do Opex não recorrente foi de R\$ 43.301 mil, um aumento de 4,3% em relação ao mesmo período no ano passado. Além dos efeitos inflacionários, este aumento decorre das ações de contenção de gastos no período mais crítico da pandemia em que a queda no volume de tráfego foi mais acentuada. Esta gestão dos gastos ocorreu na redução de escopo, paralizações e ou renegociações de não reajuste de contratos de serviços de terceiros. Além disso, o custo de pessoal neste período foi menor em 2020 devido a suspensão de contratos de trabalho permitido por medida provisória do governo.

A Companhia contratou consultoria de alto renome no mercado para avaliar nos próximos meses oportunidades de melhor gestão do seu Opex recorrente.

Segue abaixo quadro demonstrativo dos custos e despesas não operacionais:

R\$ mil	1 de janeiro a 30 de junho de 2021	1 de janeiro a 30 de junho de 2020	Var \$	Var %	Últimos 12 meses - 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021	2020
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>100.651</b>	<b>80.737</b>	<b>19.914</b>	<b>19,8%</b>	<b>184.695</b>	<b>164.781</b>
Custos dos Serviços Prestados	70.584	64.534	6.050	8,6%	138.581	132.531
Amortz Direito de concessão (a)	4.152	3.984	168	4,0%	8.137	7.969
Despesas Gerais e Administrativas	25.915	12.219	13.696	52,8%	37.977	24.281
<b>Opex não recorrente</b>	<b>43.301</b>	<b>41.436</b>	<b>1.865</b>	<b>4,3%</b>	<b>91.234</b>	<b>89.369</b>
Custos e Despesas Operacionais	100.651	80.737	19.914	19,8%	184.695	164.781
(-) Amortização e Depreciação (b)	(43.612)	(38.978)	(4.634)	10,6%	(76.167)	(71.533)
(-) Provisões (c)	(2.469)	(323)	(2.146)	86,9%	(6.025)	(3.879)
(-) Gastos não recorrentes (d)	(11.269)	-	(11.269)	100,0%	(11.269)	-

- Refere-se a amortização da mais valia atribuída apurada em laudo de PPA ao valor justo do ativo intangível formado pelos direitos dos contratos de concessão das 3 concessionárias
- Amortização do ativo intangível e depreciação dos ativos imobilizados das controladas somados à amortização da mais valia a se refere o item a;
- Provisões de conserva especial e provisões para contingência
- Gastos relacionados a transação de aquisição das participações societárias.

### EBITDA e EBITDA ajustado

O valor do EBITDA no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 46.214 mil, uma redução de 8,1% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA deste período foi de 40,6% e 48,9% no mesmo período do ano passado. Nos últimos 12 meses o valor do EBITDA foi de R\$ 104.513 mil e a margem EBITDA foi de 41,4%. Ao desconsiderarmos os

impactos de efeitos não caixa e efeitos não recorrentes, o valor do EBITDA ajustado no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 59.845 mil, um aumento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA ajustada deste período foi de 58,0% e 54,8% no mesmo período do ano passado. Nos últimos 12 meses o valor do EBITDA ajustado foi de R\$ 120.980 mil e a margem EBITDA ajustada foi de 55,5%.

Segue abaixo quadro demonstrativo do EBITDA e reconciliação do EBITDA ajustado.

R\$ mil	1 de janeiro a 30 de junho de 2021	1 de janeiro a 30 de junho de 2020	Var \$	Var %	Últimos 12 meses - 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021	2020
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(37.083)</b>	<b>(23.152)</b>	<b>(13.931)</b>	<b>37,6%</b>	<b>(49.446)</b>	<b>(35.515)</b>
(+) IR /CSLL	(1.938)	591	(2.529)	130,5%	(8.341)	(5.812)
(+) Resultado Financeiro Líquido	41.623	33.530	8.093	19,4%	86.133	78.040
(+) Amortização e Depreciação	43.612	38.978	4.634	10,6%	76.167	71.533
<b>EBITDA</b>	<b>46.214</b>	<b>49.947</b>	<b>(3.733)</b>	<b>-8,1%</b>	<b>104.513</b>	<b>108.246</b>
(-) Receita da Construção	(10.670)	(10.479)	(191)	1,8%	(40.076)	(39.885)
(+) Custo da Construção	10.563	10.379	184	1,7%	39.249	39.065
(+) Provisão de Conserva Especial	856	289	567	66,2%	4.173	3.606
(+) Provisão de Contingências	1.613	34	1.579	97,9%	1.852	273
(+) Resultados não recorrentes (a)	11.269	-	11.269	100,0%	11.269	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>59.845</b>	<b>50.170</b>	<b>9.675</b>	<b>16,2%</b>	<b>120.980</b>	<b>111.305</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>40,6%</b>	<b>48,9%</b>			<b>41,4%</b>	<b>45,0%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (b)</b>	<b>58,0%</b>	<b>54,8%</b>			<b>57,0%</b>	<b>55,5%</b>

a) Gastos relacionados a transação de aquisição das participações societárias

b) Em função do EBITDA ajustado em relação a Receita Líquida ajustada (sem efeito da Receita da Construção)

## Investimentos

O total de investimentos realizados na sua operação no período de 6 meses findo em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 11.856 mil. Nos últimos 12 o montante de investimentos realizados foi de R\$ 42.057 mil. Os valores foram extraídos das demonstrações financeiras combinadas auditadas das controladas. Atualmente a Companhia está em processo de contratação de consultoria especializada para apoiar na avaliação de otimização dos investimentos a realizar.

## Endividamento

A Companhia apresenta endividamento composto majoritariamente por financiamentos de suas controladas com bancos e agências de fomento como o BNDES, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Desenbahia, além das debentures emitidas em 2021 pela controladora.

Segue abaixo quadro demonstrativo da Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia em 30 de junho de 2021:

R\$ mil	1 de janeiro a 30 de junho de 2021
<b>Dívida Bruta</b>	<b>898.159</b>
Empréstimos e Financiamentos	815.218
Debêntures	82.941
<b>Dívida Líquida</b>	<b>800.384</b>
Dívida Bruta	898.159
(-) Caixa, equival + contas vinculadas	(97.775)

A administração está analisando a possibilidade de reperfilamento de diversos contratos de financiamento de suas controladas. A concessionária CRC é a prioridade de curto prazo e encontra-se em fase final de emissão de debêntures para repagamento do financiamento junto ao Banco do Nordeste. Com isso, a companhia vislumbra a melhora no fluxo de caixa da companhia através de melhor perfil de amortização e liberação de recursos da conta reserva.

## **Covid-19**

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia do COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro e está monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo e tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

Tendo em vista o acima exposto, a Companhia vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Destacamos a seguir as principais análises e ações da Companhia sobre o impacto da COVID-19:

- Foram criados comitês de crises específicos para cada uma das Controladas com diretrizes para prevenção e combate à COVID-19;
- Os colaboradores acima dos 60 anos ou de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office; Ações de Comunicação e reforço nas medidas de prevenção;
- Atendimento específico e suporte às famílias dos colaboradores que tiveram COVID-19;
- Apoio às campanhas estaduais de Pernambuco e Bahia nas medidas de prevenção e combate ao COVID-19;
- Distribuição de alimentos aos usuários e caminhoneiros, bem como higienização das cabines de caminhão dos usuários das estradas administradas pelas Concessionárias;
- Ações internas com treinamentos para auxílio dos colaboradores a continuar o teletrabalho a distância.

## **Considerações Finais:**

### Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações

Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; e Auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas. A Companhia contratou também os Auditores Independentes para trabalhos de asseguarção razoável das informações financeiras combinadas pro forma da Monte Rodovias e das suas controladas CBN, CRA e CRC para o período de seis meses a findar em 30 de junho de 2021, do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, e período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas pela sua Administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS) e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias declara que (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 8 de julho de 2021.

**JULIO CEZAR TROIANO** Digitally signed by JULIO CEZAR  
TROIANO ZOGBI:26927097805  
**ZOGBI:26927097805** Date: 2021.07.12 21:34:08 -03'00'

Julio Cezar Troiano Zogbi

Diretor Presidente

CPF nº 269.270.978-05

**FABIO BONINI** Assinado de forma digital por FABIO  
BONINI TARARAM:27031485851  
**TARARAM:27031485851** Dados: 2021.07.13 09:32:19 -03'00'

Fábio Bonini Tararam

Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CPF nº 270.314.858-51